

A PERCEPÇÃO BRASILEIRA DO MUNDO

Marcos Henrique Camilo Cortês
Embaixador

A noção de “percepção” acarreta, por si só, um vasto leque de dificuldades. Assim sendo, considero indispensável estabelecer *abinitio* os elementos com que orientarei minha exposição do tema.

1. Introdução

Evidentemente, antes de buscar perceber o mundo, o observador precisa perceber a si mesmo. Ora, de modo geral, os brasileiros não se preocupam em fazer o seu autorretrato, pois desfrutam da felicidade de não terem dúvidas sobre sua identidade nacional. O Diplomata brasileiro, porém, sem pretender desenvolver complexas teses sociológicas, precisa empreender esse trabalho de exegese da “brasilianidade” para tentar ajudar estrangeiros a melhor se entenderem conosco. Rebuscando prazerosamente na memória esses esforços a que a profissão me obrigava, vou ousar apresentar algumas ideias sobre esse tema desafiante.

2. Premissas conceituais

Biologicamente o ser humano é um “predador” e, por essa circunstância, guarda uma tendência atávica a atribuir um valor positivo ou negativo a tudo que é diferente. O analista do cenário internacional, entre outros, necessita conter essa tendência através de um esforço consciente de condicionamento intelectual para perceber o que é diferente como apenas isto: ser diferente. Por princípio, ele deverá abster-se de fazer aquele instintivo juízo de valor nesse estágio inicial de percepção. A avaliação qualitativa do diferente terá de aguardar uma etapa posterior da análise.

Penso que, antes de formar uma percepção do mundo, o indivíduo – e, por extensão, o grupo social (a “maioria”) – terá como base, ainda que subconscientemente, a percepção de si próprio, que se pode considerar como a identidade coletiva (ou nacional, tratando-se do país todo). Evidentemente, essa autopercepção resultará de uma soma algébrica de fatores “genéticos” e de fatores “ambientais”. Em outras palavras, trata-se das percepções herdadas e daquelas adquiridas no processo de crescimento e amadurecimento naturais no meio social.

Além disso, quem busca identificar a percepção brasileira do Mundo tenderá naturalmente a dar-lhe a sua interpretação pessoal. Ou seja, deverá dizer que “esta é a minha percepção da percepção brasileira”. Talvez fosse mais acertado fazer um esforço de pesquisa objetiva para tentar chegar à percepção da maioria da Sociedade brasileira. Finalmente, é preciso, para completar o levantamento, tratar de identificar a percepção do que se pode denominar de “minorias intelectualizadas”, entendendo-se por esse rótulo a categoria de cidadãos que – por diversos motivos – busca de forma deliberada colher e analisar informação sobre o “mundo”.

Quando se atingir a fase de buscar definir a percepção do mundo, será necessário levar em conta as dimensões desse “mundo” ao longo do tempo. Essas molduras cronológicas asseguram uma avaliação mais adequada aos respectivos contextos históricos. Dentro de cada uma dessas etapas, será, também, indispensável considerar os âmbitos geográfico, geopolítico e geoestratégico que delimitaram nesses espaços físicos o “mundo” percebido.

A percepção está, inevitavelmente, sujeita a diversos vetores de influência, que podem atuar de forma automática ou serem adrede direcionados. Sem pretender exaurir a lista desses vetores, considero que os principais são: o meio social, tanto o de origem, como outros por que se tenha passado até chegar ao atual; a formação em todos os níveis de ensino; o(s) ambiente(s) profissional(is) em que se tenha trabalhado; a dimensão de conhecimentos adquiridos ou absorvidos fora do contexto de ensino e de trabalho; a chamada “mídia”, acrescentando-se aqui o cinema; a Internet, nas suas múltiplas variedades de acesso a informações e de veiculação de notícias, dados e opiniões.

Prefiro separar o Governo desse elenco de vetores de influência porque, naturalmente, ele tem uma dupla função, tanto numa sociedade autenticamente democrática como num regime ostensiva ou dissimuladamente autocrático.

A primeira é de buscar ser o intérprete objetivo da percepção predominante, bem como da minoria “intelectualizada”. O governante pode empenhar-se nesse sentido por um louvável espírito de bem servir à Nação ou simplesmente por uma necessidade de autopreservação no poder.

A segunda é de indutor criativo da Vontade Nacional. Essa função, na realidade, se segue à primeira. Num contexto desejável, o governo, consciente dos autênticos Objetivos Nacionais, cuida de a eles adequar os seus próprios Objetivos de Governo. Se, ao interpretar as ideias generalizadas na Sociedade que o elegeu, constata que elas não contribuem para a consecução daqueles Objetivos, procura promover a formação de uma percepção coletiva que facilite a tarefa governamental. Num sentido negativo, mormente quando se trata de

governo autocrático, o governo procura egoisticamente levar a Vontade Nacional a apoiar seus objetivos próprios, mesmo que eles não se coadunem com os Objetivos Nacionais.

A percepção da Sociedade, inevitavelmente, é alvo de diversas influências exógenas. A atuação dos governos de outros países afetará essa percepção, positiva ou negativamente. O mesmo pode ser dito de empresas estrangeiras que tenham interesses diretos no país ou que desejem evitar reflexos negativos para seus interesses alhures. Num terceiro nível, há uma variedade de entidades internacionais – desde ONGs a organismos multilaterais – que influirão na percepção do mundo exterior.

Finalmente, é preciso considerar os seis Fundamentos do Relacionamento Internacional, a saber: o Espaço Geopolítico, o Espaço Geoestratégico, o Poder Nacional, os Objetivos Nacionais, o Substrato Moral e a Expectativa Cominatória. De todos eles, estes dois últimos são os que mais diretamente incidem sobre a maneira como a Sociedade percebe o resto do mundo.

O Substrato Moral é o conjunto de concepções filosóficas, crenças, costumes e tradições que se foram desenvolvendo desde o surgimento da Nação e que a induz a adotar, muitas vezes de forma subconsciente, certo tipo de conduta no Campo Externo. Em outras palavras, ele constitui o que se poderia comparar à personalidade de um indivíduo, abrangendo seus valores, suas crenças, suas preferências, suas aspirações e seu modo de se relacionar com os demais.

A Expectativa Cominatória é a percepção que a Nação tem dos ônus de todo tipo com que terá de arcar no Campo Externo para a busca, a consecução e a manutenção de seus Objetivos. Ressalte-se que a palavra-chave nessa definição é percepção. É ela que distingue a Expectativa Cominatória do conceito mais conhecido de custo-benefício, porque este é resultado de um cálculo baseado em dados concretos, enquanto aquela depende de uma avaliação que, esteja certa ou equivocada em relação à realidade, vai induzir a Nação à determinada conduta.

3. *Evolução histórica*

Partindo dessas premissas, pode-se acompanhar a evolução da postura geopolítica do Brasil dos tempos coloniais até hoje e, através dela, das percepções “naturais” e “induzidas” da Sociedade brasileira sobre o “mundo”. De modo esquemático, essa evolução pode ser sintetizada nas etapas a seguir. Em cada uma delas está indicada a percepção “favorável” ou “hostil” em relação a países e/ou regiões mais relevantes. Porém, é preciso ressaltar que nem sempre essa qualificação se aplica a toda a etapa respectiva e que, em algumas delas, o mesmo país terá sido percebido – sucessiva ou simultaneamente – de modo hostil e/ou favorável. Além disso, a menção a uma região ou grupo de países pode ser feita com exclusão de um ou mais países, que devem ser colocados na outra categoria.

1ª etapa: Expansão ultramarina portuguesa

[Século XVI]

□ Interesse territorial muito limitado. □ Miscigenação “induzida”. □ Busca de autossustentação econômica.

Percepção:

□ favorável □ Portugal/“Índias”.

□ hostil □ Espanha/França.

2ª etapa: Início da colonização

[Séculos XVI - XVIII]

□ Ciclos econômicos de autossustentação, evoluindo para fonte adicional de receita da metrópole. □ Expansão territorial requerida pelo objetivo precedente. □ Ampliação da capacidade defensiva local.

Percepção:

□ favorável □ Portugal/“Índias”/“África”.

□ hostil □ Espanha (América espanhola)
/França/Holanda/Inglaterra.

3ª etapa: Corte Temporária/Reino Unido

[1808 - 1822]

□ Vinculação econômica do Brasil com a Europa Ocidental. □ Aliança defensiva com potência europeia ocidental.

Percepção:

□ favorável □ Portugal/“África”/Áustria/
EUA/Inglaterra.

□ hostil □ Espanha (América espanhola)
/França.

4ª etapa: Monarquia/“I República”

[1822 -1930]

□□Consolidação física e jurídica das fronteiras [ação do Itamaraty: Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Joaquim Caetano da Silva, Visconde do Rio Branco e, em especial, Barão do Rio Branco]. □ Desinteresse hemisférico [exceto na defesa da integridade territorial – guerras subregionais]. □ “Aliança militar tácita” com grande potência europeia. □□Programa de “relação especial” com os EUA. □ Maiores vínculos econômicos com a Europa Ocidental.

Percepção:

□□favorável □ Portugal/Áustria/“África”/EUA/
Inglaterra/França/Japão/Alemanha/Itália. □
□□hostil □ Repúblicas hispano-americanas/
EUA/Inglaterra.

5ª etapa: “II República”

[1930 - 1945]

□ Vinculação econômica com os EUA. □ Aliança militar formal com os EUA (II Guerra Mundial). □ Ampliação do interesse “diplomático” pelo hemisfério.

Percepção:

□□favorável □ EUA/França/Inglaterra/Repúblicas hispano-americanas.
□□hostil □ Argentina/Alemanha/Itália/Japão.

6ª etapa: “III República”

[1945 - 1964]

□ “Aliança semiformal” com os EUA [ameaças da Guerra Fria]. □ Vinculação econômica com os EUA. □ Restabelecimento da vinculação econômica com a Europa Ocidental. □ Ampliação e diversificação do “interesse diplomático” por outras áreas do mundo. □ Perspectivas de “hegemonia tácita” na América do Sul e na América Latina.

Percepção:

□□favorável □ EUA/Europa Ocidental/Oceania/
Ásia Oriental/Repúblicas hispano-americanas.
□□hostil □ Argentina/Bloco soviético (Cuba)/China.

7ª etapa: “IV República”

[1964 - 1988]

□ Vinculação econômica com EUA, Europa Ocidental e Japão. □ Gradual abandono de quaisquer alianças “semiformais” ou “tácitas”. □ Maior desenvoltura na atuação diplomática. □ Altos e baixos na “preeminência” regional.

Percepção:

□□favorável □ EUA/Europa Ocidental/Japão/
Repúblicas hispano-americanas/Oceania.
□□hostil □ Argentina/Bloco soviético (Cuba)/China.

8ª etapa (em andamento): “V República”

[1988 - ...]

□ Globalização e Regionalização. □ 3ª e 4ª “Revoluções Industriais” / Internet. □ Fim da Guerra Fria / A Superpotência e os CPEs. □ Proliferação de conflitos armados. □ O “complicador” islâmico. □ Crescente “esquerdização” política. Novas “alianças”. □ Gramscismo e Bolivarianismo.

Percepção:

□□favorável □ (ver item 4).
□□hostil □ (ver item 4).

4. A atual percepção brasileira do Brasil e do Mundo

Não creio que seja possível identificar com razoável grau de precisão qual é, atualmente, a percepção que a Sociedade brasileira tem do seu próprio País e menos ainda do mundo em seu conjunto.

Assim sendo, passarei a expor a minha percepção de qual deveria ser a atual percepção brasileira. Acredito que essa percepção é compartilhada por muitos compatriotas e será contestada por outros. De qualquer modo, o importante é que essas ideias sejam orientadas pela maior objetividade possível e tenham sempre como finalidade o bem do Brasil.

Nas apreciações que se seguem terei como pressuposto básico que, no relacionamento internacional, não há amigos nem inimigos; existem apenas – e sempre – interesses conciliáveis ou conflituosos.

A conjuntura mundial que se inicia com o encerramento da Guerra Fria tem algumas características novas:

1 - Nova estrutura mundial de Poder, com uma Superpotência (EUA) e duas Megapotências (União Europeia e Japão), que são, além disso, os três principais Centros de Poder Econômico.

2 - O “complicador” islâmico, expressão que reflete as dificuldades que o mundo muçulmano apresenta à análise prospectiva do relacionamento internacional.

3 - A “Terceira Revolução Industrial”, iniciada antes mesmo do fim da Guerra Fria, e a “Quarta Revolução Industrial”, com desdobramentos revolucionários no campo da ciência aplicada.

4 - A dinâmica econômica mundial, tumultuada por comportamentos inusitados de diversos países, pela ineficácia dos mecanismos supostamente criados para promover a liberalização do comércio internacional e pelas crises que expõem as vulnerabilidades dos sistemas financeiros de vários países.

5 - O multilateralismo desvirtuado, com os principais organismos internacionais deixando de efetivar os seus objetivos declarados, e a crescente proliferação de agentes peculiares, em especial as organizações não governamentais (ONGs).

6 - A prática exacerbada da “diplomacia presidencial”, impedindo que a formulação e a execução da atuação externa de muitos países sejam – como deveriam sempre ser – conduzidas de modo profissional pelos respectivos serviços diplomáticos. Um dos maiores malefícios dessa prática é a primazia dos objetivos pessoais e político-partidários desses dirigentes sobre os objetivos nacionais.

7 - O deplorável crepúsculo jurídico e diplomático, com inúmeros exemplos de desrespeito a princípios consagrados do Direito Internacional Público.

8 - A proliferação de conflitos armados decorrente do desaparecimento dos controles exercidos pelos dois grandes blocos contrapostos no contexto da Guerra Fria.

9 - A Revolução em Assuntos Militares (RAM) e o Pós-Modernismo Militar (PMM) dela surgido, induzindo à tendência do emprego de meios bélicos para a resolução de conflitos e contribuindo para substituir, no âmbito internacional, a força da Lei pela lei da Força.

10 - O crescimento da “Ação Terrorista Internacional”, rótulo com que de forma generalizada se consideram as atividades de grupos e de indivíduos que recorrem ao terrorismo como instrumento válido para atingir seus objetivos.

11 - As redes de narcotráfico, de lavagem de dinheiro e outras formas criminosas de enriquecimento fabuloso em escala global.

12 - A “Crise” de 2008/2009, que abalou os sistemas financeiros de numerosos países em todo o mundo, com desdobramentos assimétricos e cuja superação ainda não é previsível.

Para completar esse quadro ameaçador, convém mencionar as áreas críticas da insegurança mundial, a saber:

□ Iraque. □ Afeganistão. □ Israel X Palestina. □ Paquistão/Índia – neonucleares. □ Coreia do Norte (em processo de obter armas nucleares e vetores de lançamento). □ Irã (em processo de obter armas nucleares e vetores de lançamento). □ O “cinturão de segurança” da Rússia: Europa Oriental, Cáucaso e Ásia Central; □ África subsaariana: violência generalizada. □ América Latina: crescimento do neopopulismo, do gramscismo e do bolivarianismo.

Uma análise objetiva da história recente de nossa região revela a circunstância – pouco apreciada – de que, no decurso do século XX e especialmente em comparação com o resto do mundo, foi na América do Sul que houve a menor incidência de conflitos armados entre países limítrofes. Não é fácil encontrar explicação convincente para esse fato insólito, pois o principal fator desse ambiente predominante de paz é, por sua natureza, muito pouco perceptível: a tradicional atuação do Itamaraty, profissionalmente discreta e silenciosa. Esse desempenho pode ser emblematicamente representado pela figura extraordinária do Barão do Rio Branco e por aquele que, na minha opinião profissional, foi o mais notável de todos os seus sucessores: o Embaixador Mario Gibson Barboza, Chanceler de 1969 a 1974.

Infelizmente, ao longo dos últimos vinte anos, a prática crescente da chamada “diplomacia presidencial” pelos governantes brasileiros impediu que o Itamaraty continuasse a desempenhar aquele papel eficiente. Em consequência, numerosos fatores vêm aumentando consideravelmente o risco de conflitos armados na região, como se constata numa lista sucinta e não exaustiva:

□ Erosão da autoridade nacional + banditismo organizado (Peru/Colômbia/Bolívia/Equador/Guiana/Suriname). □ Caudilhismo crescente (Venezuela/Bolívia/Equador). □ Linhas de fracionamento nacional por motivação racial (Bolívia/Equador/Peru). □ Expansionismo “ideológico” (Venezuela). □ Reivindicações territoriais (quase todos). □ Armamentismo, em diferentes graus (exceto Guiana,

Suriname e Uruguai). ▯ Crescente desprezo pelo Direito Internacional e desrespeito a Tratados e contratos (quase todos).

Graças à secular atuação do Itamaraty, que soube assimilar e modernizar a habilidade da diplomacia portuguesa, culminando com a obra gigantesca do Barão do Rio Branco, desde 1909 o Brasil tem todas as suas fronteiras jurídicas solidamente definidas através da negociação bilateral ou pela via do laudo arbitral. Com base no princípio de *pacta sunt servanda* (os tratados têm de ser respeitados), pode-se afirmar que o Brasil não tem quaisquer questões NA fronteira, mas pode ter – tem e terá – problemas DE fronteira.

Dentre esses, convém assinalar como possíveis fontes de problemas as reivindicações territoriais entre vários dos demais países sul-americanos, que podem ter implicações para a política externa do Brasil na sua região próxima.

Parece-me válido considerar que nosso País não se defronta com ameaça militar imediata, embora seja preocupante a grande defasagem em termos de equipamento de nossas forças armadas.

Por outro lado, é inegável que existe uma ameaça armada decorrente de atividades subversivas em áreas de nossa vizinhança, bem como da intensa atuação criminosa de grupos dedicados à produção e ao tráfico internacional de drogas.

Por fim, cumpre mencionar diversas modalidades de atividades ilícitas que violam nossas fronteiras jurídicas, tais como o contrabando, a imigração ilegal e a pesca não autorizada.

Quando se trata da tipologia de fronteiras, a percepção comum se limita à concepção jurídica, segundo a qual a fronteira nacional é o limite legal entre as jurisdições soberanas de dois Estados.

Entretanto, existe outra tipificação, pouco conhecida e estudada: a concepção metafísica, segundo a qual a fronteira nacional é a linha de defrontação entre interesses de dois Estados. Essa modalidade é extremamente importante, sobretudo porque geralmente não é percebida pela maioria da Nação.

Há várias fronteiras metafísicas, inclusive algumas em âmbitos nos quais prevalece a noção de total inexistência de fronteiras, como a espacial e a cibernética, de grande significação para o Brasil.

Na atual conjuntura, porém, duas fronteiras metafísicas merecem atenção prioritária: a Extralimites e a Institucional.

A Fronteira Extralimites é aquela em que os direitos de cidadãos, empresas e/ou investimentos de um Estado no território de outro Estado são diretamente afetados por ação ilegítima ou ilegal deste Estado. Por conseguinte, embora essas violações ocorram fora do espaço em que o Estado afetado exerce plenamente sua autoridade, pode-se considerar que elas de fato ferem sua soberania.

Nos últimos oito anos, ocorreram graves danos e surgiram novas ameaças a interesses do Brasil em fronteiras extralimites (metafísicas). Basta recordar medidas, que se encaixam na definição acima, adotadas nesse período pelos governos da Venezuela, da Bolívia, do Equador e do Paraguai.

A Fronteira Institucional (metafísica) é aquela em que, por qualquer tipo de pressão, coação ou indução ilegítima ou ilegal – por desvio ideológico ou com origem em outro Estado – adotam-se decisões executivas, acordos internacionais e/ou legislação, altamente lesivos ao Estado afetado. Caso se deseje situar geograficamente o *locus* dessa fronteira, ele estará na capital desse Estado.

No caso do nosso País, nos últimos vinte anos, a maior vulnerabilidade do Brasil esteve e persiste na Fronteira Institucional, obviamente situada em Brasília. Nela já se registraram grandes perdas e existem numerosas ameaças aos lúdicos interesses nacionais, como a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, a assinatura da Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas e as demarcações (várias em áreas contínuas) das chamadas “terras indígenas”, inclusive em numerosas faixas da nossa fronteira terrestre.

5. Conclusão

A análise do Substrato Moral de uma Nação é uma tarefa diplomática necessária e sempre difícil. Caso se procurasse identificar o Substrato Moral da Nação brasileira o texto resultante provavelmente se estenderia por duas centenas de páginas ou mais. Assim sendo, transcrevo a seguir, sob a forma de itens sintéticos, o que seria um pequeníssimo extrato exemplificativo de tal estudo:

(...)

▯nacionalismo sem arroubos e desprovido de xenofobia; ▯desinteresse por liderança ou primazia (exceto futebol, voleibol etc.); ▯sensação de inexistência de reais ameaças externas; ▯aversão ao emprego da força nas questões internacionais; ▯busca da solução diplomática das controvérsias (o “legado de Rio Branco”); e ▯crença no papel dos Organismos Internacionais.

(...)

Em complemento da identificação do Substrato Moral, para que possa ter uma percepção correta do país e do mundo, a Sociedade brasileira não pode deixar de levar em consideração, entre outros, os seguintes Fatores negativos que incidem sobre o Poder Nacional:

⌘Inexistência de verdadeiro Plano Nacional de Governo. ⌘“Política Externa” dissociada dos Objetivos Nacionais, servindo a desígnios partidários e ideológicos. ⌘Perdas e ameaças crescentes no Campo Externo. ⌘Desnacionalização de setores estratégicos da economia e investimentos estrangeiros que não criam riqueza real (serviços e especulação em Bolsa). ⌘Comprometimento da integridade territorial e da soberania nacional (segurança e desenvolvimento). ⌘Degradação continuada das instituições nacionais (civis e militares) nos últimos vinte anos. ⌘Sistema de ensino insuficiente em todos os níveis. ⌘Infraestrutura deficiente e em deterioração continuada. ⌘Descrédito crescente quanto às classes dirigentes (políticos, magistrados, professores etc.) e à mídia. ⌘Impunidade ostensiva, agravando a perda e a deturpação de valores éticos, tanto cívicos como familiares [“ética da corrupção”].

Contudo, esse quadro extremamente nocivo pode ser invertido pela própria Sociedade brasileira, pois nela continuam existindo importantes Fatores positivos:

⌘Amplios recursos naturais, vastidão territorial, e grande contingente populacional. ⌘Índole da sociedade brasileira. ⌘Coesão nacional (inclusive sem preconceitos raciais ou antagonismos regionais). ⌘Dinamismo do setor produtivo nacional. ⌘Instituições nacionais historicamente respeitadas, “resgatáveis”. ⌘“Janela de oportunidade” geoestratégica (na atualidade).

Para encerrar esta exposição, considero de extrema relevância recordar uma máxima que deve sempre orientar o pensamento predominante da Sociedade:

“A Nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra.”